

Dois argumentos democráticos da nova administração brasileira

JOSUÉ MONTELLO

*Técnico de Educação com exercício no
D. A. S. P.*

O Senhor Presidente da República em despacho de abril último, aprovou as instruções ao concurso de monografias que o DASP anualmente institue com o propósito de recolher, entre funcionários públicos, sugestões e idéias para a melhoria da administração federal.

A experiência dos anos anteriores demonstrou que o processo é dos mais ricos para a coléta de novas soluções aos problemas administrativos brasileiros, ao mesmo tempo que provoca o debate — e o conseqüente melhoramento de nossa cultura técnica — das idéias que constituem as concepções mais avançadas sobre a administração pública no mundo moderno.

O concurso de monografias do DASP, que muitos supunham tratar-se de simples torneios academicos, tem uma alta utilidade, não apenas pragmática, no seu sentido de aplicação imediata, mas também cultural, no seu propósito de conhecimento puro e de constituição de uma bibliografia brasileira de administração.

As instruções agora aprovadas para o concurso do corrente ano, sofreram, em relação às instruções anteriores, algumas oportunas alterações, destinadas a tornarem mais plásticas as exigências de seus estatutos. Assim é que o concurso, que era, de origem, circunscrito ao funcionalismo federal — foi facultado, agora, a todos os servidores públicos, quer da União, dos Territórios, dos Estados e dos Municípios. Houve, dessa forma, uma dilatação de seu raio de alcance. E daí certamente resultará mais rica agitação de idéias e maior soma de questões objetivas.

Já se frisou que o problema da articulação do público com a administração é um problema essencialmente democrático. Enquanto nos regimes totalitários, a propaganda tem a finalidade de dirigir e planificar a mentalidade popular num sentido passivo de permanente aceitação das idéias

governamentais — nos Estados democráticos a questão se resolve em outros termos, porque não é preciso apenas educar, num propósito de formar um novo comportamento coletivo — é necessário, sobretudo, sondar a opinião pública, de modo a poder-se receber as críticas e as sugestões desse público.

Recentemente foi realizado, por iniciativa da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP, um bem movimentado debate sobre esse problema de administração — e através das palavras de Newton Ramalho, Celso Kelly e Moisés Xavier de Araujo, tivemos oportunidade de colocar nos seus justos termos de importância o relevo que as monografias adquirem para o estudo das sugestões do público às autoridades governamentais.

A monografia tem uma importância bilateral: de um lado, é um excelente meio para que o monografista conheça melhor o serviço público; por outro, é um veículo de comunicação da crítica do público à administração federal.

Ainda naquele debate surgiu uma sugestão que pode valer como um índice do que é, hoje, como expressão democrática, a nova administração do Brasil: foi lembrada pelo Técnico de Educação Moisés Xavier de Araujo a oportunidade de ser realizado um inquérito entre os funcionários da União, para saber-se o que sobre o DASP pensam esses funcionários.

A idéia, considerada felicíssima, já está sendo posta em prática — e toda a nossa imprensa tem louvado, de um modo geral, o inquérito oportuno. Porque o questionário, que cada servidor público irá preencher, é um modo de compeli-lo a conhecer o DASP na sua realidade e nas suas conseqüências. E será também uma fonte de críticas daquilo que, no sector da nossa administração, tem

realizado o Departamento sob a presidência do Dr. Luiz Simões Lopes.

O questionário, agora tornado realização, e mais o concurso de monografias, anualmente posto em prática, são parcelas de uma mesma soma: o relevo que, na nova administração brasileira, se vem dando à opinião da coletividade.

Na velha administração, compreendia-se como liberdade de opinião a oportunidade de poder publicar nos jornais uns comentários sarcásticos, ou de proferir nas câmaras ou assembléias as críticas mais inócuas pela boca dos políticos em permanente estado de oposição.

A essas tiradas literárias ou oratórias, que satisfaziam menos ao interesse geral do que à vaidade dos seus autores, sucedeu um ambiente de seriedade e de respeito.

Cada um, hoje, pode dizer o que pensa, mas deve fazê-lo com seriedade, porque os problemas do Estado, como assuntos de interesse vital da nacionalidade, não podem ser pretextos para as ironias amarelas ou os comentários ridiculizadores. Tirou-se também à crítica aquela expressão de palavreado ôco, que era apenas uma sobra inútil do banquete dos retóricos obsoletos. E deu-se-lhe uma expressão objetiva, com um nítido espírito pragmático.

Para muitos profissionais do descontentamento, o DASP é um órgão destinado a exercer coações. Há um engano nessa opinião — e esse equívoco vai agora ser esclarecido. Cada funcionário trará o seu depoimento no questionário que lhe será proposto. Dirá sinceramente o que pensa e o que deseja que se faça. E a coletividade vai ficar sabendo, com muita clareza, o que tem realizado o Dr. Simões Lopes e a equipe dos seus colaboradores, nestes poucos anos que valem como longas jornadas de tempo, se confrontarmos com a antiga a nova administração do Brasil, dentro do sector das atuações que beneficiam ao mesmo passo o Estado e o seu servidor.

O questionário e as monografias valem, assim, como um excelente e oportuno teste — e um teste que, além de outras vantagens publicitárias, revela com agudeza o conteúdo democrático do Brasil atual.

O Estado Nacional Brasileiro reafirma, aí, que é um regime do povo, no seu sentido mais exato. E que o Presidente Getúlio Vargas transformou o velho liberalismo, de modo a adaptar o regime político do país às condições do nosso tempo e às necessidades do nosso povo, sem que o espírito democrático ficasse prejudicado na sua essência de liberdade, que é a mais alta conquista espiritual e social do homem além de ser a mais bela e a mais forte das razões de viver.